

Reflorestamento produtivo: desenvolvimento local e contenção de encostas no entorno de uma APA do Rio de Janeiro

Marcelo Motta de Freitas ⁽¹⁾

Resumo

Ameaçada por processos erosivos e acúmulo de lixo nas encostas de sua comunidade, a vila Benjamin Constant com o Instituto Terra Nova, a União Européia e a Prefeitura do Rio de Janeiro desenvolveram o projeto *Muda verde: reflorestamento produtivo*. Neste projeto, sistemas agroflorestais que consorciavam espécies de Mata Atlântica com espécies ornamentais tornaram a recuperação das encostas do morro da Babilônia, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, uma alternativa de geração de renda para cinco famílias da comunidade. A atividade é auto-sustentável e está baseada na construção de um quiosque de venda de plantas ornamentais, serviços de jardinagem, paisagismo e recuperação. O processo de capacitação técnica e organização comunitária culminaram com a formação de uma cooperativa de trabalho que hoje emprega outros moradores.

Palavras-chave

(1) Reflorestamento produtivo; (2) Desenvolvimento local; (3) Auto-sustentabilidade.

Abstract

The Benjamin Constant community has suffered with both, garbage concentration on the slopes and landslides. The *Muda Verde Project*, developed by the Terra Nova Institute, the European Community and the local government promoted local sustainability based on the incoming generation provided by the reforestation. Mata Atlântica species were planted with ornamental ones in an agroforestry system. The species are sold along with several other services, such as paisagism and restoration. Nowadays a store and workers association employs other community's habitants.

Key-words

(1) Productive reforestation; (2) Local development; (3) Self-sustainability.

⁽¹⁾Doutor em Geografia pela UFRJ, com especialização em Formação de Capacitadores Agroflorestais pelo Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza, Costa Rica. Professor Auxiliar do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio.

O problema erosivo das encostas do Rio de Janeiro

A instabilidade de encostas no Rio de Janeiro é conhecida de longa data por estudiosos e cientistas, mas, sobretudo, por seus moradores. A dinâmica evolutiva de sua morfologia inclui os processos erosivos de encostas, destacando-se os movimentos de massa, conhecidos como deslizamentos ou corridas de terra. Os maciços montanhosos, que formam o sítio geomorfológico da cidade, bem como as serras no entorno da região metropolitana e demais áreas do estado, garantem a descarga de materiais rochosos e terrosos para as baixadas imediatamente adjacentes, que, por sua vez, apresentam questões quanto à inundação. A evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro encontra-se com esta dinâmica no processo de construção de sua paisagem e "luta" historicamente com ela, a partir das inúmeras reformas urbanas e projetos de urbanização pelos quais passaram. Desde os tempos coloniais com a ocupação das baixadas para o plantio de cana e, posteriormente, das encostas pelo café, os problemas com inundações e drenagens dividiam o cenário com os problemas erosivos e a escassez hídrica. A cidade, por sua vez, traz a marca dos sucessivos aterros das áreas "pestilentas e cheias de miasmas" dos manguezais e brejos das áreas estuarinas e planícies (Abreu, 1989). O famoso reflorestamento do Major Archer na Floresta da Tijuca (associado ao abandono dos cultivos do café no maciço da Tijuca e regeneração espontânea da floresta) ilustra a condição hídrica provocada pelo desmatamento àquela época. No vale do Paraíba, onde o café escravocrata se instalou, a remoção da floresta Atlântica, para carvão e cultivo levou, como descrito em Dantas (1996), a taxas de erosão comparáveis a transição climática pleistocênica. Além das respostas rápidas às entradas de chuva e à geração de processos erosivos, esta produção de sedimentos ímpar nas encostas das montanhas e colinas fluminenses levaram ao assoreamento de canais que abasteciam os núcleos urbanos, ainda, pouco concentrados.

O crescimento urbano-industrial do século XX definiu, então, a paisagem ur-

bana carioca, a partir das reformas modernistas e do processo mais intenso de construção das favelas. O contingente populacional imigrante, para atendimento à crescente demanda de mão de obra e excluído do tecido urbano privilegiado encontra nas encostas montanhosas o espaço de periferia permissivo à ocupação. O século passado assiste ao incremento dessas áreas e à intensificação de processos erosivos que passam a ter em suas causalidades os componentes provenientes das transformações sociais no espaço, dentre eles o lixo e as áreas de capim. Expressa na intensa ocupação das vertentes, a dinâmica excludente, e ao mesmo tempo vinculante, da construção do espaço urbano desenha, portanto, uma paisagem caracterizada por um mosaico de áreas densamente povoadas, entremeadas com remanescentes de Mata Atlântica em diversas condições de degradação.

A transformação de áreas florestadas em capinzais de colônia ou em áreas de solo exposto ou, ainda, em matas alteradas redefine a dinâmica hidrológica das encostas e conseqüentemente sua dinâmica erosiva. As marcas geradas pela construção da paisagem acabam por direcionarem uma nova dinâmica em um processo retroalimentativo de causalidades. As últimas décadas no Rio de Janeiro já são marcadas pela consolidação dos territórios das favelas, vinculadas à formalização via urbanização das áreas informais (projetos tipo "Favela Bairro"), além da inserção dos processos de capitalização das atividades "marginais" ilegais, como o tráfico de drogas. De fato esta atividade consolida poderes territoriais que alteram as dinâmicas sociais dentro desses espaços. A paisagem por sua vez manifesta estas forças e seus desdobramentos espaciais, seja no domínio dos bailes Funk ou na restrição de acesso a determinadas áreas. Tais territórios impedem a ação de outro agente territorializante como o Estado, excluído, portanto, de determinados espaços "dominados".

Criar, portanto, desenvolvimento local vinculado à conservação ambiental passa necessariamente por uma leitura integrada do espaço geográfico, focalizando-se sobre as forças provenientes das dinâmicas geobiofísicas e, sobretudo, das dinâmicas territoriais.

Histórico do projeto reflorestamento produtivo

Um dos projetos de maior intervenção nas encostas do Rio de Janeiro em

direção à regeneração da vegetação e à conservação e que merece destaque foi o "Mutirão Reflorestamento" coordenado pelo Engenheiro Florestal Celso Junius. Este projeto da prefeitura do Rio foi responsável pela intervenção em diversas encostas da cidade, priorizando áreas de risco nas favelas mais densamente ocupadas (Salgado, 1998). O projeto consistia no envolvimento comunitário para o plantio de mudas nas encostas próximas às comunidades. Ainda atuante em algumas áreas do Rio de Janeiro, o projeto prevê a contratação da mão de obra comunitária para a execução dos plantios. Neste sentido, cria um vínculo do morador com a área de plantio, durante o processo de execução do reflorestamento. Alguns exemplos de favelas contempladas com este projeto podem ilustrar o sucesso de suas realizações, como é o caso nas encostas dos bairros do Grajaú, Andaraí, São José do Operário e Santo Cristo. Desde a entrada da última gestão administrativa da prefeitura o projeto diminuiu demais sua atividade, principalmente pela saída da equipe responsável por ele. Ainda hoje, o projeto atua em poucas áreas, como no caso do Parque de Grumari na recuperação da restinga, porém em reduzidíssima escala, se comparado à atividade desde o fim da década de noventa até o ano de 2002 (Freitas, 2007).

Dentre os projetos de urbanização de favelas, já no início da década de 2000, a Prefeitura do Rio, com o apoio da União Européia desenvolveu o projeto APD Rio - Apoio às Populações Desfavorecidas, denominado de Bairrinho, em função da comparação ao projeto Favela-Bairro, já que se destinava a comunidades de menor porte. Este projeto, diferente do Favela-Bairro, tinha uma abordagem mais abrangente da complexidade territorial das comunidades, sobretudo pela sua escala de atuação. A coordenação, com componentes da União Européia, priorizava uma leitura dos sujeitos e grupos para a construção das reformas estruturais. Neste enfoque os diversos grupos inerentes às comunidades eram contemplados em um processo participativo das decisões. É neste contexto em que se insere o projeto Muda Verde - Reflorestamento Produtivo, aproveitando experiências anteriores da equipe do Instituto Terra Nova, ONG responsável pela execução do projeto (Instituto Terra Nova, 2002).

Desde projetos anteriores no morro do Andaraí e Maré, favelas na zona norte do Rio de Janeiro, o projeto Muda Verde foi sendo forjado em suas nuances de

sustentabilidade econômica, associada à recuperação e à conservação. O modelo de reflorestamento praticado pela prefeitura, apesar de eficiente e merecedor de grandes méritos, criava um vínculo espacial temporário, à medida que o trabalhador "dominava" a área enquanto estivesse plantando e recebendo seu salário. Após a implementação do reflorestamento a área dependia da fiscalização da prefeitura para sua manutenção. Novamente, o mérito desse trabalho deve ser reconhecido e sua eficiência está expressa em muitos morros da paisagem carioca. No entanto, a inovação presente no Projeto de Reflorestamento Produtivo está associada à geração de renda, a partir do consorciamento de espécies com valor comercial dentro do reflorestamento. Ou seja, as espécies nativas de Mata Atlântica e funcionais para a recuperação da vegetação são plantadas conjuntamente, em um sistema agroflorestal, com as espécies produtivas. Neste caso, do projeto APD Rio, com a União Européia, foram usadas em consórcio de plantas ornamentais com valor comercial na área urbana. Para sua comercialização o projeto de reforma urbana dentro da comunidade previu um quiosque de venda para estas mudas, que associou não só a venda das plantas ornamentais, mas também serviços de jardinagem e paisagismo. O objetivo foi criar a auto-sustentabilidade do reflorestamento a partir da geração de renda. No entanto, a sustentabilidade do reflorestamento não está vinculada apenas a sustentabilidade ecológica, mas também às sustentabilidades hidrológica, erosiva, econômica, e, sobretudo territorial. Diante das pressões sócio-econômicas sobre as quais vive a população de comunidades "desfavorecidas" e conseqüentemente o solo urbano, dada a ausência de espaço para moradia e planejamento habitacional, focalizava-se sobre os vínculos territoriais formados na comunidade para o direcionamento daquela porção do espaço para o uso de recuperação ambiental e conservação. Neste sentido o conceito de território, trabalhado por diversos geógrafos, merece destaque como metodologia do trabalho desenvolvido.

Os territórios e as sustentabilidades

O território é um dos conceitos-chave da Geografia (Corrêa, 1995). Ratzel, no século XIX, traz o conceito de Espaço Vital (*Lebensraum*) visto como o espaço necessário para a reprodução do Estado Nacional. Neste conceito está contida a

O Social em Questão

dimensão mais palpável do território, sua dimensão material, aquela necessária a uma sociedade que tem na terra seu principal meio de reprodução social e ao mesmo tempo a "substância" necessária à transformação de um espaço em território: o poder. Silva (2002) afirma que a concepção ratzeliana de território estaria associada a "um espaço concreto, determinado pelo solo apropriado por um grupo e formador de sua identidade cultural". Citando o próprio Ratzel (1990, *in* Silva, 2002): "um recorte espacial onde se sucedem relações de poder com vista à dominação de área". Na reconhecida obra de Rogério Haesbaert encontramos a definição de território como sendo o "domínio/controlado político do espaço, especialmente, a partir da formação dos Estados-nações, e se desdobra em íntima vinculação com elementos geográficos como fronteiras e redes, cujo papel é mutável conforme o período histórico" (Haesbaert, 1995). Nesta definição o poder do Estado encontra no território seu próprio meio de ação e reprodução, mantendo um conjunto de regras (poder), sobre uma determinada área, limitada por fronteiras, sendo estes três elementos essenciais à existência e permanência de um território.

O conceito de território não está restrito mais às dimensões inscritas em Ratzel. Reconhecidas desde a década de 1970 como espaço de poder emanado por qualquer outro ator ou grupo social, as dimensões dos territórios expandem-se além do caráter político. Territórios culturais, "alternativos" ao Estado-nação, repletos de subjetividade, por exemplo, passam a compor as leituras espaciais (Guattari, 1985, *in* Haesbaert, 2002a). Expande-se o conceito de território a qualquer grupo ou indivíduo que possua domínio sobre uma determinada porção do espaço. Esta nova forma de conceber o território permitiu uma dimensão variável associada a múltiplas manifestações de poder espacializadas. Basta que o espaço seja provido de apropriação (mesmo que simbólica) e que o acesso a outros grupos ou indivíduos seja limitado. Silva (2002) afirma que o território está associado à idéia de poder; e que este é um requisito para a constituição de um território. Para Souza (1995) o território é um "espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder".

Os limites ou fronteiras aparecem como manifestações espaciais deste domínio. As fronteiras podem ser materiais ou simbólicas, fixas ou flutuantes e perenes ou efêmeras. Sack (1986, *in* Silva, 2002) explica que estes limites servem para

identificar os de dentro e os de fora daquele território (*insiders e outsiders*) e ainda afirma em Sack (1986, in Haesbaert, 1995) que as delimitações em si não configuram território, mas só assim se tornam, quando suas fronteiras "são utilizadas por alguma autoridade para moldar, influenciar ou controlar atividades".

As fronteiras são mantidas muitas vezes por dimensões subjetivas e não necessariamente bélicas. Por vezes a relação identitária com o espaço é suficiente para limitar o acesso daqueles que o "estranham". Neste ponto muitos autores relacionam o território às dimensões afetivas ou existenciais. Silva (2002) afirma que "este controle de acesso não ocorre apenas em termos físicos, mas também em termos simbólicos, ou seja, através da aceitação afetiva e/ou existencial". A dimensão subjetiva se torna essencial à medida que significa, ou seja, dá significado a símbolos sutis ou concretos no espaço ou no código social de um determinado grupo. Corrêa (1996) coloca que "o território é o espaço investido da dimensão política, afetiva ou ambas". Significa que o território passa a ser visto como a manifestação de poder dos sujeitos sobre seus lugares, outro conceito da geografia que cabe aqui como categoria para expressar o convívio e vínculo afetivo de moradores das comunidades com seu espaço de convívio ou seu espaço vivido (Raffestin, 1993, in Ribeiro e Mattos, 2002; Tuan, 1980).

Roncayolo (1986) também nos coloca esta expressão, quando afirma que "o território identifica-se então como o espaço vivido, subjetivo, reconhecido ao longo de experiências individuais e múltiplas". A identidade criada com o lugar em que vivemos, relacionado a sensações, elo afetivo e conhecimento criam elos de relações sociais que geram formas de poder que expulsam, delimitam, a entrada de desconhecidos que, por sua vez, não possuem poder de ação. Sobretudo em comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro, o domínio sobre determinados espaços (independente de citar o exemplo do tráfico de drogas, territorialmente mais explícito pelo poder bélico) ocorre pela construção de relações sociais, que limitam invisivelmente a ação dos não pertencentes. Impõe-se uma crise de pertencimento aos "de fora" que acaba por limitar suas atuações. Aí estão consideradas as territorialidades, estratégias de manutenção do poder sobre o território, contemplando o imaginário, a ideologia, códigos sociais, símbolos e fenômenos de comportamento (Raffestin, 1993, in Ribeiro e Mattos, 2002). Roncayolo

(1986) chama a territorialidade de "técnicas de controle territorial".

As formas de afirmação da territorialidade podem ser muitas: Sack (1986, *in* Silva, 2002) aponta os direitos legais, a força bruta, normas culturais, proibição sobre o uso de áreas, formas sutis de comunicação semelhantes à postura do corpo, como exemplos de formas de afirmar, de viabilizar e de demonstra, o domínio sobre um determinado espaço. A tentativa de domínio sobre determinada área é a manifestação da territorialidade e, segundo Silva (2002), é "um ato consciente". Vale a ressalva feita por Souza (1995) quando afirma que "o poder não carece de justificativas, já que seria inerente à existência de qualquer comunidade política, no entanto, demanda legitimidade". A ação consciente dos grupos na delimitação de seus territórios deve ser reconhecida pelos "outros". O trabalho de Carlos (1996) apresenta a importância do significado do lugar como espaço vivido para os autores de sua construção. A relação construída no dia-a-dia entre os sujeitos que compartilham as mesmas referências espaciais constitui o lugar e a relação afetiva de topofilia, citando Tuan (1980).

O que se assiste nas comunidades contempladas pelo projeto Muda Verde – Reflorestamento Produtivo – é a importância das dimensões territoriais, relacionadas à apropriação dos lugares, no processo de desenvolvimento local. A penetração de territorialidades vindas do Estado, institucionalmente representadas pela Secretaria de Habitação da Prefeitura do Rio, com o patrocínio e coordenação da União Européia, entraram em espaços que já possuíam suas ordens territoriais estabelecidas. Estabelecer um projeto de desenvolvimento local, portanto, prescinde da leitura das forças territoriais presentes no espaço para o seu sucesso, sobretudo quando se objetiva sustentabilidade.

Para o conceito de sustentabilidade, cabe a análise feita por Rua et al (2007) sobre as mudanças na perspectiva do conceito de sustentabilidade, desde a Eco 92 e a Rio +10, que passaram, respectivamente, de um viés ecológico a um viés social. A evolução deste conceito reconhece a força das entidades não estatais da sociedade civil organizada. É fundamental, neste sentido, que os autores dos discursos sejam identificados em seus contextos históricos e geográficos, dada a diversidade de construções possíveis para o conceito de sustentabilidade.

... falar em sustentabilidade e desenvolvimento sustentável é referir-se a múltiplos

tiplos discursos, resultantes de diversos interesses e forças sociais que definem o movimento das sociedades e de suas relações contemporâneas globalizadas marcadas por embates político-ideológicos que conformam aqueles discursos (Rua et al,2007).

Para os autores é importante "ênfatisar as possibilidades múltiplas colocadas para a 'criação', em cada sociedade, das condições que devem definir seu 'desenvolvimento sustentável', integrando às especificidades de cada matriz cultural e territorial" (Rua et al,2007).

A experiência nas comunidades Benjamin Constant e Parque da Cidade

Como dito, o projeto APD contemplou comunidades de pequeno porte no Rio de Janeiro, sendo realizado em um total de cinco, espalhadas no município. O Instituto Terra Nova foi chamado a trabalhar em duas dessas comunidades, identificadas como comunidades que possuíam "vocações para trabalhos ecológicos". Foram estas: a comunidade Benjamim Constant, no bairro da Urca, mais precisamente na base do Morro da Babilônia em sua vertente norte, na Rua Lauro Muller e a comunidade Parque da Cidade, no bairro da Gávea. Em comum estas comunidades apresentavam a proximidade com unidades de conservação, a primeira no limite da APA (Área de Proteção Ambiental) Babilônia - São João e a segunda no limite do Parque da Cidade, além do pequeno porte e da ausência de tráfico de drogas estabelecido.

As diferenças entre as comunidades, a forma de abordagem e estruturação do trabalho influenciaram no sucesso do projeto, porém a dinâmica territorial existente nas comunidades foi determinante. O projeto previa como objetivos específicos:

- Promover a geração de renda
- Recuperar, através de reflorestamento, áreas degradadas dentro das comunidades;
- Formar e capacitar 10 pessoas na produção de mudas, reflorestamento e execução dos serviços afins;
- Criação de um quiosque de venda e instrumento jurídico para comercialização de produtos e serviços para geração de renda;
- Realizar atividades de Educação Ambiental com a comunidade local.

As experiências com as comunidades serão relatadas em separado para melhor comparação dos eventos com trechos retirados do relatório de atividades final do Projeto Muda Verde - Reflorestamento Produtivo do Instituto Terra Nova.

Vila Parque da Cidade

O processo de formação do grupo de trabalho teve início a partir de uma divulgação comunitária com o auxílio da Associação de Moradores local. Algumas reuniões preliminares foram feitas, com o objetivo de explicitar as metas do projeto e cartazes foram espalhados para recolher inscrições. Dos inscritos foram selecionados dez integrantes para o início do trabalho. O relatório de maio de 2001 revela interessantes observações no que diz respeito às dinâmicas que subsidiam a apropriação territorial, sobretudo na parte final do trecho citado:

"A mobilização na comunidade Parque da Cidade iniciou-se a partir da chegada na Associação de Moradores e indicações do trabalho desenvolvido pela ONG Bento Rubião. Neste início foi contatado, ainda na administração anterior, o presidente da Associação de Moradores, Sr. Januário que chegou a anunciar o projeto dentro da comunidade, mas logo perdeu as eleições para a administração atual. Neste momento foi apontado pela Bento Rubião o Sr. Vicente que, junto ao atual presidente Flávio, convocou um primeiro grupo para reunião. A partir de então reuniões de mobilização e a divulgação por panfletagem dentro da comunidade (incluindo o evento do Cinema na Praça) culminaram com a reunião de apresentação do projeto para o início das atividades. Em um primeiro momento procuramos locais para o assentamento do viveiro. Neste tempo, o grupo foi sendo substituído espontaneamente e novas pessoas foram se engajando. Com o início das atividades de construção do viveiro o grupo envolveu-se mais e melhor definiu-se. No entanto, a questão da bolsa foi levantada e conforme a negociação com a coordenação da APD, foi acertado, para ambas as comunidades a ajuda de custo com a condição de envolvimento (descrito no processo de mobilização da Comunidade Benjamin Constant, donde veio a maior pressão neste sentido). Hoje o grupo apresenta-se engajado e com bom desempenho das atividades do projeto, tendo a estrutura do viveiro praticamente pronta. Destaca-se neste grupo a homogeneidade e ausência de conflitos de lideranças, o que permite um desenvolvimento satisfatório e promissor do trabalho."

Nesta última frase nota-se o engano que se esboçava relacionando a ausência de conflitos internos no grupo como indicador de sucesso. Ao contrário, como veremos a frente, este seria um sintoma mais de desinteresse do que de harmonia. Os conflitos são os instrumentos para o desenho dos limites. Em outro aspecto a reivindicação pela ajuda de custo dada pela bolsa, feita com mais agressividade pelo

grupo da outra comunidade, foi, em um primeiro momento, interpretada como interesse econômico, porém depois revela-se como a real intenção de trabalho.

Por falta de espaço no interior da Vila, e após tentativas de parcerias com várias instituições locais, incluindo o Parque da Cidade, administrado pela própria Prefeitura, o colégio em frente à comunidade cedeu um espaço grande para a instalação do viveiro de produção de mudas. A área era bastante adequada do ponto de vista técnico, dada ao sombreamento, umidade e disponibilidade de material local para construção como o Bambu e biomassa. Porém a área não foi eficiente do ponto de vista da apropriação comunitária. Por ser dentro de um colégio, a comunidade não viu aquele espaço como seu. Nesta etapa, o grupo estava unido e com força de trabalho. Até a inauguração, três meses depois, foi árduo o trabalho, resultando em um viveiro grande, funcional, em área agradável e com grande potencial de crescimento .

Alguns objetivos da proposta inicial não foram alcançados na Vila Parque da Cidade, como a consolidação do viveiro de produção nem a fundação da microempresa. Porém, conquistou-se um ponto de vendas potencial (na Rua São Clemente, Botafogo) e um integrante com perfil empreendedor, disposto a desenvolver novas atividades. O grupo nunca encarou o projeto como possibilidade de um empreendimento próprio. Diversas tentativas foram feitas, sem sucesso, no sentido de fortalecer a união das pessoas em busca do empreendimento, mas o grupo não desenvolveu independência e iniciativas próprias, encarando o projeto como um emprego.

O grupo da Vila Parque da Cidade chegou a participar de alguns eventos para comercialização (Fundição Progresso e Feira Hype Babilônia) e a realizar algumas pequenas vendas no quiosque da Rua São Clemente; o que não foi suficiente para gerar receita para manutenção do projeto.

Vila Benjamin Constant

O projeto na Vila Benjamim Constant atingiu todos os seus objetivos. O viveiro de mudas ainda está em pleno funcionamento e expansão, bem como os canteiros de matrizes nas encostas. O grupo ainda hoje presta serviços diversos, desde aluguel de plantas, exposições, recuperação de áreas degradadas, planejamento, execução e manutenção de jardins; além da venda de mudas no quiosque

construído na entrada da comunidade.

Alguns integrantes do grupo indicado pelo Programa APD-Rio já exerciam atividades afins às propostas no projeto, principalmente no reflorestamento das encostas adjacentes à comunidade. Deste grupo inicial, de oito pessoas, cinco permanecem atualmente. Inicialmente, o grupo era bastante heterogêneo, apresentando dificuldades na divisão do trabalho, nas tomadas de decisão coletivamente e no relacionamento interno de alguns integrantes.

O trecho do relatório (março de 2001) demonstra a dinâmica realizada para aglutinação do grupo:

Na comunidade Benjamin Constant a mobilização do grupo de trabalho vem de um processo anterior promovido pelos técnicos do Programa APD-Rio, nos meses finais do ano de 2000. A partir do diagnóstico gerado por estes profissionais, foi apontado um grupo que já vinha promovendo atividades de plantio nas encostas adjacentes à comunidade. Este grupo foi, portanto, contatado e o trabalho passou a ser desenvolvido por intermédio de suas lideranças: Fernando, Luís Fernando e Frederico. As primeiras reuniões foram feitas ainda antes da aprovação do contrato e começaram com visita às áreas de plantio e demais encostas do local, discutindo junto com os integrantes as propostas do projeto.

Em outro trecho também fica evidente o trabalho desempenhado no processo de construção do grupo:

Este grupo, que hoje conta com 10 pessoas, apesar de estar tentando manter o compromisso acertado da construção do viveiro, demonstra ainda uma necessidade recorrente de um trabalho mais árduo de mobilização, devido principalmente à característica das personalidades dos integrantes, bem como de sua identidade enquanto grupo.

No decorrer do trabalho o grupo estabeleceu algumas regras coletivas que permitiram uma redução nos conflitos internos. Todas as decisões passaram a ser tomadas por votação, com a presença de ao menos três integrantes, de forma que as divergências não permaneciam entre indivíduos, sendo sempre decididas pelo grupo. Este processo tornou o trabalho mais eficiente durante grande parte do projeto.

O processo de produção das mudas se iniciou com uma intervenção na encosta degradada, adjacente às casas da comunidade, onde se implementou o viveiro. Uma área de encosta íngreme, ocupada basicamente por Capim Colônia (*Panicum maximum*) e lixo foi o local escolhido para a implementação do viveiro.

Inicialmente o capim foi retirado e o lixo removido. Posteriormente, foram construídas contenções na encosta, utilizando-se bambus existentes na comunidade.

Após a adequação da área, iniciou-se o processo de construção do viveiro. Este também foi feito com bambus, de forma que o seu custo foi bastante baixo. Após a construção do "esqueleto" do viveiro, este foi coberto com sombrite e ganhou o aspecto, a estrutura e a função de viveiro. Foram construídas prateleiras no interior do viveiro, para a repicagem e armazenagem das mudas .

Posteriormente, houve a implantação de um sistema hidráulico com instalação de uma bomba (para jogar água acima do viveiro), depósitos e irrigação. Além do viveiro e do sistema hidráulico, construídos ainda na primeira fase do projeto, na segunda fase, foi construído um galpão com bambus tratados, sob coordenação do técnico em desenvolvimento de produtos. Esta área é utilizada em diferentes funções, como mistura de substrato, armazenamento de materiais e sala de reuniões.

Essa estrutura tornou a área de produção do Projeto Muda Verde - Vila Benjamim Constant, um ponto com adequadas condições de produzir competitivamente para o mercado de plantas em área urbana. Com essa estrutura montada foram adquiridas mudas, através da compra em hortos e da parceria com a comunidade do entorno da Vila, que rendeu doações.

Essas mudas foram plantadas na encosta e são utilizadas como matrizes. A partir dessas, por reprodução sexuada e assexuada, a produção foi diversificada e expandida, ocupando toda a área do viveiro e do seu entorno. Portanto, no fim dessa fase, o objetivo inicial de recuperação da encosta degradada existente na comunidade estava alcançado, sendo que a recuperação continuou a passos largos também na fase seguinte.

Na segunda fase, iniciada em dezembro de 2001, a produção passou a ocupar uma área mais ampla, no terreno ao lado da área do viveiro. Seguindo os limites da APA. A área de intervenção tem sido ampliada ao longo do entorno da comunidade.

A produção continua e a área onde havia uma encosta degradada, hoje é uma área ocupada por grande diversidade de espécies vegetais, apresentando flagrante recuperação. Mas a continuação do manejo destas plantas é essencial,

pois a sua interrupção pode gerar um novo quadro de degradação devido à extensa área de capim adjacente, no interior da APA do Morro do São João - Babilônia.

Com vistas à melhoria da comercialização e da produção, foram realizadas, sob a coordenação de um técnico especializado em manejo e produção em bambu, atividades de construção de artefatos, em parceria com os integrantes do projeto. Devido à necessidade premente de uma área adequada para a produção, a primeira atividade realizada foi a construção do galpão, como mencionado. Esta foi a principal atividade das oficinas de desenvolvimento de produtos, tanto pela sua urgência, como pela complexidade da montagem desta estrutura, o que possibilitou o aprendizado de técnicas que permitem a criação de vasos e outros objetos que venham agregar valor às mudas comercializadas. O primeiro objeto criado foi um móvel do porte de uma cômoda, para ser utilizado como decoração do quiosque. Nesta oficina elaborou-se ainda, um projeto para o quiosque de vendas, que incluía a sua construção com estrutura de madeira e acabamento com bambu.

Para a divulgação houve a valorização da forma de produção das mudas, com objetivo de agregar valor aos produtos em função dos benefícios sociais e ambientais trazidos pela sua produção. Desta forma, procurou-se destacar a melhoria ambiental ocorrida na encosta onde se dá a produção, além do caráter social que está por trás das plantas comercializadas.

Este projeto incluiu a criação de um material de divulgação, constando de folders contendo um breve histórico, detalhes e fotos sobre o projeto. Este trabalho foi realizado por técnicos do Instituto Terra Nova, em parceria com os integrantes do projeto Muda Verde. O material de divulgação foi distribuído de forma selecionada, para moradores do entorno da área de produção, instituições afins, condomínios e etc.

O processo de comercialização pode ser dividido em dois focos principais, que estão bastante relacionados. Um dos focos é a venda de serviços de jardinagem, paisagismo, poda de árvores e recuperação ambiental de áreas degradadas e o outro na venda direta das mudas beneficiadas em vasos decorados. Esse processo de comercialização envolve um trabalho de divulgação, através do qual, alguns exemplos de serviços foram executados: montagem de jardim; criação e

execução dos jardins de entrada em condomínios na vizinhança da Vila Benjamim Constant; execução e manutenção mensal dos canteiros de condomínios; poda de árvores e recuperação ambiental do Museu Casa de Oliveira Vianna, em Niterói; aluguel de plantas para a decoração da Fundação Progresso em três eventos distintos; e execução de pequenos canteiros em casas e prédios da vizinhança da Vila Benjamim Constant.

A comercialização dos produtos e serviços, garante até hoje a complementação de renda de cinco famílias, além da própria manutenção do reflorestamento. Além da melhoria ambiental e da geração de renda, o Projeto Muda Verde também apresentou uma vertente de envolvimento da comunidade do entorno com o projeto.

Foi incentivado o uso da área do viveiro pela população da própria Vila, que passou a perceber os benefícios da área recuperada. Foi essa característica que levou os moradores da Vila Benjamim Constant, cuja maioria percebia o projeto com ceticismo no início, a ver o viveiro como uma "chácara da comunidade", assim denominado pelos moradores.

Membros da comunidade ao redor da Vila também utilizaram o viveiro para atividades de educação ambiental. A visitação de escolas do entorno consagrou a utilização do viveiro como área didática. Na visita ao viveiro, os alunos eram guiados pelos membros do projeto onde aprenderam sobre a produção de mudas e a importância da biodiversidade, além de participarem de atividades de plantio. Essas atividades de educação ambiental trouxeram benefícios para os participantes, à medida que repercutiram positivamente na comunidade e ainda se tornou um importante elemento para a divulgação do projeto.

Um dos objetivos estabelecidos no início do projeto era a formalização de um empreendimento que permitisse a continuidade do projeto, mantendo o reflorestamento produtivo e gerando renda para os integrantes da comunidade. Esse processo de formalização iniciou-se com um estudo da forma que este empreendimento deveria ser formalizado. Em parceria com os técnicos, os membros do projeto decidiram que seria montada uma microempresa para a produção e a comercialização dos produtos e serviços. Após essa decisão, iniciou-se o trabalho burocrático necessário para a implementação formal da empresa. Ao fim do Pro-

projeto Muda Verde, o processo de formalização estava encaminhado, mas foi alterado para o formato de uma cooperativa de trabalho, envolvendo outras atividades presentes na comunidade como o artesanato de objetos.

Resultados comparativos

Na Vila Parque da Cidade houve grande evasão de integrantes e poucas novas adesões, o que resultou em apenas um integrante ao final da primeira etapa do projeto. Este integrante merece destaque porque antes do projeto já possuía um quiosque de venda e características empreendedoras. Sua presença foi responsável pelo prolongamento das atividades no viveiro, tornando-se elemento chave no projeto, criando a possibilidade de unir-se com o grupo da Vila Benjamin Constant em um único empreendimento. Infelizmente, este espaço foi perdido, depois de 10 meses de tentativas, por falta de envolvimento comunitário e dificuldades na seleção e formação do grupo. A produção de mudas no viveiro foi razoável até a dissolução do grupo. Grande parte das mudas foi remanejada para o viveiro da Vila Benjamin Constant e outra pequena parte foi doada à escola que abrigava o viveiro.

Na Vila Benjamin Constant o primeiro objetivo atingido foi a formação de um grupo de trabalho com capacidade produtiva e perfil decisório, estando apto a dar continuidade ao empreendimento, mesmo sem auxílio técnico e financeiro. Esse grupo foi formado e suas decisões foram tomadas de forma democrática, comprometendo todos.

Como pretendido, foi realizada a recuperação da encosta degradada no entorno da vila, reduzindo a erosão e a temperatura ambiente. A recuperação também significou a devolução para a comunidade de uma área que estava inutilizada devido à degradação.

Outro objetivo atingido foi o de capacitar os integrantes do projeto para a recuperação de áreas degradadas, a produção das mudas, a compreensão de diferentes processos ecológicos e a produção de artefatos em bambu, capazes de agregar valor aos produtos. Atualmente os integrantes, de acordo com suas respectivas capacidades, estão aptos a planejar e executar a recuperação ambiental de áreas degradadas, a produzirem mudas, a criarem e executarem jardins e

canteiros, a produzirem objetos em bambu, com técnicas refinadas, além de serem capazes de explicar conceitos ecológicos relacionados à sucessão vegetal, erosão de solos e produção de mudas, inclusive para crianças.

O objetivo de se estabelecer uma produção diversificada e com um volume razoável também foi plenamente atingido, já que a produção está em um nível bastante satisfatório, além de apresentar uma biodiversidade relativamente alta.

A formação de parcerias com pessoas e instituições existentes na comunidade, tanto na Vila como no seu entorno, foi outro objetivo atingido. Atualmente diferentes parcerias estão em funcionamento, tornando o projeto bem aceito pela comunidade.

Foi formado um grupo com cinco produtores de mudas, capacitados em executar serviços de jardinagem, paisagismo, poda, recuperação de área degradadas e afins. Este grupo construiu um viveiro e toda uma estrutura associada para a produção de mudas, na encosta degradada atrás da comunidade, quase somente com produtos locais como bambu. Foram adquiridas mudas matrizes para o início da produção. Esta produção, desde que o viveiro foi inaugurado, em maio de 2001, está bastante ampla e diversificada, tendo abastecido todos os serviços já executados. Atualmente a produção ocupa toda a área da encosta fora dos limites da APA.

Além da produção de mudas, os integrantes do projeto aprenderam técnicas de construção de artefatos em bambu, material renovável e não poluente, sendo capazes de criar objetos, como vasos e estantes de decoração, que agregam valor à sua produção.

A capacitação dos produtores se deu no campo, através da execução das atividades diárias e das conversas constantes com os técnicos do Instituto. Atualmente, os produtores executam todos os serviços solicitados pelo mercado.

O processo de comercialização está ocorrendo desde setembro de 2001. O grupo já realizou diversos serviços, além de haver um quiosque de vendas funcionando.

Sobre o desenvolvimento de sustentabilidades

A conclusão do relatório da primeira fase do projeto (maio de 2001) traz

informações que apontam a sensibilidade quanto à construção das territorialidades necessárias à ocupação da área:

A perspectiva atual é promissora, prevendo a inauguração dos viveiros para as semanas que se seguem, dependendo obviamente dos orçamentos. A comunidade Parque da Cidade transparece o potencial do grupo na execução de suas tarefas e no seu envolvimento demonstrando grande dedicação e investimento de energia e tempo, de forma que o andamento das atividades garante a execução das propostas previstas. Na comunidade Benjamin Constant, o grupo envolvido tem potencial de trabalho, porém apresenta um desgaste de relações entre seus componentes que dificulta o processo, não impedindo, mas retardando e exigindo mais esforço para "driblar" os melindres internos dos seus componentes. No entanto, o grupo apresenta potencial e com um bom trabalho de formação e integração é capaz de desenvolver condições de sucesso para as propostas do projeto.

As diferenças entre os grupos de cada vila e a dinâmica de construção do trabalho em um primeiro momento aparentaram maior viabilidade ao trabalho no Parque da Cidade, uma vez que a área do ponto de vista ecológico era ótima e o movimento inicial do grupo foi empolgante. Na Vila Benjamin Constant, contou muito o histórico anterior da comunidade e do grupo. Os conflitos presentes no primeiro momento de chegada do projeto já marcavam a história de convívio dos integrantes. Os integrantes estavam envolvidos com questões ambientais e reflorestamento das encostas do morro da Babilônia adjacentes à Vila. Diversas vezes a comunidade sofreu com deslizamentos das encostas devido à ausência de cobertura vegetal e incidência de fortes chuvas de verão (principalmente nos anos de 1966, 1988 e 1996). Este fato, somado à baixa densidade demográfica, à estrutura comunitária familiar, ao potencial turístico da área e ao acesso a meios de comunicação e informação, entre outros fatores, conferiram ao grupo citado participação ativa em questões relacionadas à cidadania e melhorias do lugar. Neste sentido, o envolvimento do grupo na implementação do projeto foi facilitado.

Por outro lado, embora circundada por áreas florestadas do Parque Nacional da Tijuca e na entrada do Parque da Cidade, a comunidade da Vila Parque da Cidade apresentava distanciamento de questões ambientais e falta de espaço para implementação do viveiro de mudas. A ausência de um grupo previamente envolvido em questões comunitárias e, por vezes, o desconhecimento entre os integrantes, associado à complexidade da própria comunidade com uma dinâmica migratória intensa e alta mobilidade de moradores foram, sem dúvida, fatores

definidores do fracasso do projeto na área. Além desses aspectos e incluindo a falta de experiência da equipe, o deslocamento espacial do viveiro para fora da comunidade, dentro de um colégio fechado, aumentaram as dificuldades encontradas para a implementação do projeto na Vila Parque da Cidade. O não pertencimento ao espaço do colégio, sob portões fechados com acesso mediante o diálogo com a diretoria somado a não visibilidade para a comunidade e consequente reconhecimento do trabalho pelos outros moradores, o que reforçaria a territorialização do projeto, levaram à desmobilização.

O conceito de território pode estar associado a diversas dimensões. A primeira delas, a dimensão material, associa-se à base concreta do espaço e da natureza nele contida, como fonte de recursos. Para Haesbaert (2002b), esta é uma "noção de território (...) bastante influenciada pela experiência territorial das sociedades mais tradicionais, em que a principal fonte de recursos vem da natureza, da terra". Haesbaert (2002b) afirma que mesmo estando mais rara atualmente esta concepção de território não significa que ela foi superada, "dependendo das bases tecnológicas do grupo social, sua territorialidade ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo". Para o nosso caso, a concepção material é bastante apropriada para definir o território construído para a produção de mudas, à medida que cria o vínculo material para a reprodução social do grupo envolvido. Na Vila Benjamin Constant o que se deu foi o reforço de uma territorialização historicamente construída pelo convívio dos membros integrantes do projeto no uso daquela encosta. A encosta reflorestada passa a ser a base material para a reprodução social daquele grupo. Está constituído um território material especializado pela ocupação das mudas, do viveiro e das relações sociais e de trabalho construídas. Neste sentido ficam ali garantidos, pelo poder de ação daqueles moradores, o reflorestamento e sua função no controle da erosão das encostas.

No entanto, é graças às dimensões imateriais que o êxito do projeto pode ser atribuído. A relação de afeto e a apropriação do território como lugar fundamental, também, esta territorialidade. Outra concepção de território apresentada por Haesbaert (2002b) está associada à perspectiva idealista, cultural, para a qual ele cita Godelier, que a define como "apropriação simbólica". Segundo o autor, "o

que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis, quanto dos poderes invisíveis que as compõem". Haesbaert (2002b) complementa: "o território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico". Bonnemaïson e Cambrèzy (1996, in Haesbaert, 2002b) afirmam que "o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e, com ainda mais razão, precede o espaço econômico" e continuam mais adiante: "o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser (...) perder seu território é desaparecer". O território é o espaço de poder e, ao mesmo tempo, formador de identidade, identidade esta que retorna sobre o espaço, como forma, estratégias, de manutenção deste poder e, portanto, de territorialidade.

Em um primeiro plano está o espaço de sustento, porém, simultaneamente, está a apropriação simbólica, o espaço vivido. Esta dimensão é perceptível em algumas declarações dos membros do projeto ao manifestarem sua antiguidade no processo de plantios de muda naquela encostas, antes mesmo da chegada de algum projeto, ou em frases do tipo "meu lugar" ou "o lugar onde eu descanso minha mente". Neste grupo a relação de afeto constitutiva do lugar é a principal fundamentação do reforço da territorialidade e do domínio sobre a área recuperada. Hoje, frente às pressões sociais que sofre o grupo, seu vínculo material ao espaço da encosta reforça ainda mais esse vínculo afetivo. Sem a territorialidade preexistente não seriam possíveis a deflagração do processo e o sucesso de implementação do projeto, como foi o caso na Vila Parque da Cidade. Apesar das melhores condições geobiofísicas do ambiente, as condições sócio-culturais não foram capazes de construir um território naquele espaço e com isso impossibilitaram qualquer sustentabilidade.

Por este processo de territorialização ou reterritorialização (Haesbaert, 2002b) ou de reforço da territorialização, pode-se combater o intenso processo de desterritorialização que estas comunidades sofrem e que as áreas florestadas em seu entorno sofrem conseqüentemente. Neste caso é referenciado o processo de exclusão sócio-espacial na própria dinâmica de seletividade dos espaços dentro da cidade. Os projetos de reforma urbana dentro de fave-

las revelam a territorialidade, repleta de intenções e símbolos do grupo representante do Estado, do poder institucionalizado. Para os moradores locais esta é uma territorialidade "de fora" do território constituído pelas suas relações sociais dentro daquele espaço e com suas formas preexistentes. A "re"forma destas formas preexistentes pelos projetos urbanos impõe também a modificação de relações, já que o espaço e suas representações são contundentes na sua própria produção. Em Rua et al. (2007) encontra-se o seguinte comentário sobre a obra de Haesbaert (2005): "de acordo com esta linha interpretativa, o que ocorre é um complexo processo permanente de (re)territorialização, criador de múltiplas territorialidades em que as dimensões material e simbólica estão presentes no exercício do poder". A projeção sobre o espaço já é em si um aspecto de dominação, para usar o conceito de espaço de projeção forjado por Corrêa (1995), porém a heterogeneidade do espaço social, fragmentado pelas múltiplas relações na formação de sistemas de símbolos, significados, valores que o constroem socialmente, gera conflitos ao impor resistências pela presença destas formas/relações preexistentes. Entram em conflito, portanto, o território formado pelo espaço vivido, proposto por Raffestin (1993, in Ribeiro e Mattos, 2002) e o território criado como um espaço de projeção, proposto por Corrêa (1995).

Os conflitos revelados pelos primeiros relatórios do projeto, durante a formação do grupo na Vila Benjamin Constant, ilustram o embate das relações no processo de reterritorialização do trabalho sobre a encosta. Já para a comunidade do Parque da Cidade as forças territorializantes do projeto não foram suficientes para reformar as relações preexistentes. Como afirma Castro (1992) "qualquer ação política possui rebatimentos espaciais, uma vez que as relações sociais são territorializadas". Os aspectos técnicos do reflorestamento, o treinamento dos integrantes na produção de mudas, os plantios e a contenção de processos erosivos ficaram em um plano secundário frente aos trabalhos de desenvolvimento das relações dentro do grupo e com seu espaço de inserção. Trata-se de uma leitura que prescinde de sensibilidade a relações difíceis de serem cartografadas. Delineadas em níveis imateriais, tais relações definem a sustentabilidade de qualquer ação empreendida em um determinado espaço.

Nada garante a sustentabilidade econômica ou ecológica de um empreendimento, se das relações sociais não emergirem ecos territoriais às projeções previstas.

Recebido em agosto de 2007, aceito para publicação em dezembro de 2007.

Referências bibliográficas

ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989

CARLOS, Ana Fani. *O lugar do/no mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, I.E. *O mito da necessidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CORRÊA, R.L. "Espaço, um conceito-chave da Geografia". In: CASTRO, I.; GOMES, P.C. e CORRÊA, R.L. (orgs) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

CORRÊA, R.L. "Territorialidade e corporação: um exemplo". In: SANTOS, M. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Ed. Hucitec, ANPUR, 1996. p. 251-256.

DANTAS, M.E. e COELHO NETTO, A.L.. "Resultantes geohidroecológicas do ciclo cafeeiro (1780-1880) no médio vale do rio Paraíba do Sul: uma análise quali-quantitativa." In: *Anuário do Instituto de Geociências*, v.19, 1996. p.61-78.

FREITAS, M.M. "Reflexões sobre as Dimensões Humanas da Conservação", In: MARQUES DA SILVA, R.C. *A cidade pelo avesso*, Rio de Janeiro: Ed. PROURB, 2007. p. 243-275.

HAESBAERT, R. "Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão". In: CASTRO, I.; GOMES, P.C. e CORRÊA, R.L. (orgs) *Geografia: conceitos e temas*. Ed. Bertrand Brasil, 1995. p. 165-205.

_____. *Territórios alternativos*. Rio de Janeiro: Ed. Contexto/UFF, 2002a. 186p.

_____. "Concepções de território para entender a desterritorialização". In: *Território, territórios*. Programa de Pós Graduação em Geografia - Universidade Federal Fluminense - PPGeo-UFF/AGB, 2002b. p. 17-38.

INSTITUTO TERRA NOVA. "Relatório Final de Atividades Projeto Muda Verde - Reflorestamento Produtivo, Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro" - APD-Rio, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / União Européia, 2002.

RIBEIRO, M.A. e MATTOS, R.B. Territórios da prostituição de rua na área central do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, M.A. - **Território e prostituição na metrópole carioca**. Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu fluminense, 2002 p. 88-112.

RONCAYOLO, M. "Território". *Enciclopédia EINAUDI*, n 8. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986. p.262-289.

RUA, J., OLIVEIRA, R.R. e FERREIRA, A. Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia. In: RUA, J. (org.) **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2007.

SALGADO, S. "Mutirão de Reflorestamento". In: FUJIWARA, L.M., ALESSIO, N.L.N. e Farah, M.F.S (orgs.) **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

SILVA, J.C. "O conceito de território na Geografia e a territorialidade da prostituição". In: RIBEIRO, M.A. **Território e prostituição na metrópole carioca**. Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu fluminense, 2002. p. 16-56.

SOUZA, M.J.L. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento." In: CASTRO, I.; GOMES, P.C. e CORRÊA, R.L. (orgs) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

TUAN, Y. *Topofilia*. Lisboa: Ed. Difel, 1980. 226p.